

# Estudo Técnico Preliminar 18/2024

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 08320.003010/2024-71

## 2. Descrição da necessidade

2.1. Trata-se de Processo visando a contratação dos projetos executivos para a construção da nova edificação da Delegacia de Polícia Federal de Sinop-MT. A obra visa aprimorar o cumprimento das atribuições institucionais deste órgão, propiciar melhores condições de trabalho aos servidores lotados naquela Delegacia de Polícia Federal, bem como, melhorias no atendimento e serviços prestados aos usuários externos.

2.22. A necessidade da contratação de empresa especializada em engenharia e arquitetura para **EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS, COMPREENDENDO A ELABORAÇÃO DOS PROJETOS BÁSICOS E EXECUTIVOS UTILIZANDO METODOLOGIA BIM (BUILDING INFORMATION MODELING), DESTINADOS À CONSTRUÇÃO DA NOVA DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL DE SINOP - DPF/SIC/MT**, foi previamente justificada no item 1 do **Documento de Formalização da Demanda nº 35563439/2024-Nº 32305679/2023-GTED/SELOGSR /PF/MT (35597545)**, conforme exposto a seguir:

"A referida unidade descentralizada funciona, desde 2011, em **imóvel alugado** (conforme Processo SEI 08320.001326 /2015-38), sendo esta relação jurídica renovada ao longo dos anos. Entretanto, por mais cuidados que tenham sido os esforços dispensados pelos locadores e pela Administração para execução de adaptações e manutenção do imóvel, suas condições de funcionamento não se mostram ideais ao nível de serviço demandado à Polícia Federal, pela população atendida pela unidade, seja para ações de serviço, seja para atos de polícia judiciária.

Além disso, as acomodações em tela não oferecem espaço de trabalho suficiente às necessidades das atividades e dos funcionários da Polícia Federal naquela localidade, tais como o tamanho e o estado de conservação de espaços internos e externos, inclusive salas, depósitos e estacionamentos. O local também apresenta instalações em condições precárias, problemas de infiltração e drenagem, falta de climatização eficiente, entre outros.

Objetivando propiciar adequadas condições de trabalho ao efetivo da DPF/SIC/MT e o desenvolvimento eficiente das atividades da Polícia Federal naquela localidade, foi elaborado o Programa de Necessidades (35640420) visando a construção de uma sede própria no município, sendo a seguinte justificativa constante neste documento:

"A atual sede da Delegacia de Polícia Federal em Sinop/MT (DPF/SIC/MT) está instalada em um prédio alugado, que fora pensado e projetado para ser um estabelecimento comercial (hotel) e cuja construção data da década de 1970. Trata-se de uma edificação térrea, com área construída de aproximadamente 1.023 m<sup>2</sup>, em um terreno de 2.950 m<sup>2</sup>.

O imóvel está localizado na Av. Figueiras, 1115, Centro, Sinop/MT e, em razão da idade, apresenta diversas manifestações patológicas em sua estrutura, bem como problemas relacionados a infiltrações, às suas instalações elétricas e hidráulicas. Esses são de difícil resolução pelos locadores, cinco proprietários distintos, complicador para a realização de melhorias e reparos na edificação, necessários para manutenção da funcionalidade do local.

Na dinâmica hodierna de atividades da unidade, há necessidade de ampliação das vagas estacionamento para as viaturas e veículos próprios dos servidores, bem como para o estacionamento provisório de apreensões, o que não é possível na localização atual. A área útil da estrutura existente, considerando os postos de trabalho e o número de servidores, está abaixo do índice recomendado pela Portaria Conjunta nº 38, de 31/07/2020, publicada no Diário Oficial em 03/08/2020, o que acarreta falta de espaço para o desenvolvimento das atividades institucionais.

Aliado a isso que, apesar dos esforços realizados ao longo dos anos, em especial por ocasião da avaliação das condições da locação da instalação atual, não foram identificadas edificações que possuam as características necessárias para o funcionamento de uma Delegacia da PF, disponíveis e adequadas para locação naquele município.

Nesse contexto, foram realizadas articulações interinstitucionais que redundaram na doação à União, pela municipalidade, de terreno destinado à construção de instalação própria para a Delegacia da Polícia Federal, com características adequadas às necessidades locais, o qual será apresentado mais adiante."

O Programa de Necessidades foi então encaminhado ao SEPEA/DEA/CGPLAM/DLOG/PF, unidade técnica da Polícia Federal que foi responsável pela elaboração do partido arquitetônico da **NOVA DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL DE SINOP** (35598606). Este documento foi devidamente aprovado pelos gestores locais havendo, em seguida, autorização da DLOG para prosseguimento do feito.

Dessa forma, para continuidade do processo visando a construção da nova sede, faz-se necessária a contratação dos projetos executivos e demais peças técnicas (cronograma físico-financeiro, orçamentação, cadernos de encargos e especificações técnicas, entre outros) com vistas a possibilitar a contratação da construção da nova sede da DPF/SIC/MT."

2.3. Assim sendo, a contratação de empresa especializada para a elaboração dos projetos básicos e executivos é **indispensável** para o prosseguimento do processo, que tem por escopo a construção da nova sede da Polícia Federal no município de Sinop-MT. Somente após a elaboração destes projetos e das demais peças técnicas (orçamentação, cronograma físico-financeiro, caderno de encargos e especificações técnicas etc) é que será possível a contratação, via novo processo licitatório, de empresa de construção civil para a execução da obra.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
gted/selog/sr/pf/mt	Luiz Augusto Ferreira da Silva

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA E ARQUITETURA VISANDO A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS, COMPREENDENDO A ELABORAÇÃO DOS PROJETOS BÁSICOS E EXECUTIVOS UTILIZANDO METODOLOGIA BIM (*BUILDING INFORMATION MODELING*), **DESTINADOS À CONSTRUÇÃO DA NOVA DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL DE SINOP - DPF/SIC/MT**, conforme condições que serão previstas no Termo de Referência e seus Anexos.

#### 4.2. Natureza da Contratação:

4.2.1. O objeto a ser contratado constitui um **serviço de natureza não continuada, sem dedicação exclusiva de mão-de-obra**. Trata-se de serviço a ser executada por período pré-determinado, que poderá ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, observadas as hipóteses previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

#### 4.3. Duração Inicial do Contrato:

4.3.1. O **contrato terá duração inicial de 24 (vinte e quatro) meses**, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogável de acordo com a Lei de Licitações.

4.3.2. O prazo de execução dos serviços será de **300 (trezentos) dias**, a contar da data da emissão da ordem de serviço.

#### 4.4 Sustentabilidade:

4.4.1. A empresa contratada deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

4.4.1.1 Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

4.4.1.2. Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 08 de outubro de 2003;

4.4.1.3. Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

4.4.1.4. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

4.4.1.5. Realizar programa interno de treinamento de seus empregados para redução do consumo de energia elétrica, redução do consumo de água e redução da produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

4.4.1.6. Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

4.4.1.7. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

4.4.1.8. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

4.4.1.9. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

#### 4.5. Transição Contratual:

4.5.1. Os projetos são de natureza intelectual, onde há a necessidade de transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, a fim de que a obra possa ser executada com todas as informações e dados necessários.

4.5.2. Uma vez desenvolvidos os projetos, estes pertencem à Polícia Federal e seu acesso se dará somente mediante assinatura de termo de confidencialidade, que deve ser subscrito pelo responsável da empresa ou do consórcio de empresas que vier a ser contratado.

#### 4.6. Relevância dos requisitos estipulados:

4.6.1. A responsabilidade pela execução dos projetos será dos profissionais e empresas legalmente habilitadas pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) local, ou pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) local.

4.6.2. Os executores serão responsáveis pelo fiel cumprimento das normas técnicas relativas às disciplinas de cada projeto e pela assinatura da documentação pertinente (Estudos Preliminares, anteprojetos, projetos executivos completos, orçamentos, cronogramas físico-financeiros; ARTs no CREA ou dos RRTs no CAU, nos termos da Lei nº 6.496/1977 e da Lei nº 12.378/2010).

4.6.3. A execução deverá respeitar as leis, decretos, regulamentos, portarias, normas federais, estaduais e municipais direta ou indiretamente aplicáveis a obras públicas, e em total conformidade com as normas técnicas devidas.

4.6.4. A empresa contratada responderá pelos vícios e imperfeições eventualmente constatados até o prazo previsto no Código Civil.

4.6.5. O responsável pelos projetos deverá providenciar as devidas aprovações/autorizações junto aos órgãos competentes, tais como: Prefeitura Municipal, Corpo de Bombeiros, concessionárias de serviços públicos (energia, telefonia, saneamento, etc.), entidades de proteção sanitária e do meio ambiente, entre outros.

## 5. Levantamento de Mercado

5.1. A presente contratação visa selecionar pessoa jurídica na área de projetos de Engenharia e/ou Arquitetura, que possua em quadro, mão de obra com conhecimento em metodologia BIM e capacidade técnica para **elaboração de projetos básicos, executivos nesta plataforma, bem como, para elaboração de toda documentação técnica relacionada à elaboração destes projetos**. A Contratada deverá observar as exigências e modelos disponibilizados pela Advocacia Geral da União (AGU), de modo que, na elaboração dos documentos técnicos de sua competência, estes mantenham compatibilidade de redação, adequado nível de detalhamento e conformidade com a legislação e com as orientações jurisprudenciais aplicáveis. A Contratada deverá ainda, gerenciar todo o processo de elaboração destes projetos, em conformidade com o disposto no Edital, no Temo de Referência e nos seus anexos.

5.2. A solução viável para contratação do serviço será através da modalidade licitatória **Concorrência**, com critério de julgamento por **Técnica e Preço**, na proporção de 70% (setenta por cento) de valoração da proposta técnica, conforme disposto no Art. 37, §2º, II da Lei 14.133/2021 (com atualização de valores promovida pelo Decreto nº 11.871/2023 - "cujo o valor

*estimado da contratação seja efetivamente superior a R\$ 359.436,08")*, tendo em vista tratar-se de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que a avaliação e a ponderação da qualidade técnica das propostas que superarem os requisitos mínimos estabelecidos no edital são relevantes. Ademais, os projetos buscados pela Administração comportam possíveis soluções individualizadas por parte de cada empresa e o Art. 3º, I, alínea "a" da Instrução Normativa SEGES/MGI Nº 2 de 2023 estabelece que o critério de julgamento por técnica e preço deverá ser escolhido, preferencialmente, nas contratações de serviços especializados de natureza predominantemente intelectual realizados em estudos técnicos, planejamento, projetos básicos e projetos executivos, o que é o caso da presente contratação.

5.3. Adotar-se-á o **Regime de Empreitada Global**, visto ser a metodologia usualmente praticada pelo mercado de projetos. Nesse sentido, já foram realizadas contratações similares pela Polícia Federal e por inúmeros outros órgãos públicos, com a utilização deste regime de contratação, reforçando a concepção de que esta metodologia é a que melhor atende às necessidades da Administração.

5.4. Caberá a Contratada a elaboração dos projetos arquitetônico, de fundação, estrutural, elétrico, hidrosanitário e demais projetos complementares, com base no partido arquitetônico elaborado pelo SEPEA/DEA/CGPLAM/DLOG/PF e nas prescrições contidas neste Estudo Preliminar, no Termo de Referência e em seus anexos.

## 6. Descrição da solução como um todo

6.1. Contratação de empresa de Engenharia visando à elaboração de Projetos de Engenharia e Arquitetura (Projetos Básicos e Executivos), em atendimento às normas vigentes e orientações jurisprudenciais, compatibilização de projetos e serviços de Engenharia Orçamentária, incluindo documentos técnicos, especificações técnicas, planilhas de quantitativos e custos, planilha de composição de custos unitários de serviços e cronograma físico-financeiro, necessários para abertura de licitação que terá por escopo contratação de empresa de engenharia para a construção da **NOVA DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL DE SINOP - DPF/SIC/MT**.

6.2. Ao longo da elaboração dos projetos pela Contratada e recebimentos das etapas pela Administração, poderão ser agendadas reuniões presenciais, sempre que a fiscalização entender necessárias, as quais deverão ser marcadas com antecedência mínima de uma semana.

6.3. A empresa que vencer o processo licitatório deverá, com a técnica adequada, executar integralmente os serviços previstos no escopo da contratação, de forma a possibilitar a produção de todos os projetos, licenças e documentações técnicas necessárias para instrução de novo procedimento administrativo que vise licitar a obra de construção da **NOVA DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL DE SINOP - DPF/SIC/MT**, a contar:

- Sondagem do terreno à Percussão;
- Levantamento Topográfico, Planialtimétrico e Cadastral;
- **Projeto de Arquitetura:**
  - Estudo Preliminar (EPR);
  - Anteprojeto de arquitetura;
  - Projeto de Arquitetura Executivo (ARQ);
  - Projeto de Sinalização (SI);
- **Projeto Civil:**
  - Projeto Anti - incêndio incluso Sprinklers (SPR);
  - Projeto Hidrossanitário e/ou de Águas Pluviais (HIA);
  - Projeto de aproveitamento de Águas Pluviais (APL);
  - Projeto de Fundação e Terraplanagem (FUD);
  - Projeto estrutural de concreto armado (ECA);
  - Projeto de Impermeabilização (IMP);
- **Projetos de Instalações Elétricas:**
  - Projeto de Entrada de energia (EEN);
  - Projeto de SPDA (SPD);
  - Projeto Luminotécnico (LMT);
  - Projeto de Elétrica de Energia de Rede Comum (ERC);
  - Projeto de Elétrica de Energia Estabilizada (EEE);
  - Projeto de Instalação Elétrica - Rede Ininterrupta (GMG);
  - Projeto de Instalação Elétrica - Usina de Descentralização de Energia Fotovoltaica;
  - Projeto de Cabeamento Estruturado - Rede Logica (CAE);
  - Projeto de Segurança - Alarme (ALM);

- Projeto de Segurança - CFTV (CFT);
- Projeto de Segurança - Controle de Acesso (CTA);
- Projeto de Entrada de Telecomunicações (TLC);
- Projeto de Automação e Inteligência Predial (AIP);
- Projeto de Automação - Subsistema ar condicionado (AAC);
- Projeto de Automação - Subsistema energia elétrica (AEE);
- Projeto de Sonorização de Ambiente.
- **Projeto Mecânica:**
  - Projeto de Ventilação – com rede de dutos e acessórios (VCD);
  - Projeto com Mini-split - unitário de até 5TR (MNS);
- **Geral:**
  - Orçamento Detalhado por Itens (ODT);
  - Coordenação e compatibilização de projetos (COO).
- **Sondagem e Topografia:**
  - Sondagem do terreno à Percussão;
  - Levantamento Topográfico, Planialtimétrico e Cadastral.
- **Caderno de encargos, especificações e normas técnicas;**
- **Memorial descritivo e memória de cálculo;**
- **Cronograma físico (PERT/COM e GANTT) e físico-financeiro detalhado e planilha orçamentária sintética e analítica com composições de preços unitários, encargos sociais, cálculo do BDI, dentre outros.**

6.4. Os projetos e orçamentos devem conter informações e detalhes concatenados e apresentados em Memoriais Descritivos.

6.5. Os serviços de engenharia como sondagem e levantamento topográfico deverão ser realizados, antes da elaboração do projeto de fundação.

6.6. Cabe a contratada apresentar o melhor custo-benefício e as melhores soluções relacionadas aos projetos e disciplinas, tais como fundação, superestrutura, cobertura, instalações elétricas, rede de lógica, impermeabilização, automação predial, sistemas de ventilação e refrigeração, etc.

6.7. Para o anexo do Estande de Tiro, a Contratada deverá observar todas as especificidades necessárias, tais como aparadores, sistema de exaustão, depósitos e paiol.

6.8. As especificações técnicas e demais informações serão o tratadas no Termo de Referência.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

**7.1.1. Etapa 01:** Realização de vistorias e reuniões culminando na elaboração da modelagem, que deverá ser executada seguindo as premissas previstas no partido arquitetônico elaborado pelo SEPEA/DEA/CGPLAM/DLOG/PF;

**7.1.2. Etapa 02:** Finalização da Modelagem de Arquitetura para a Aprovação da Prefeitura. Após sua Aprovação: Modelagem da Estrutura; Modelagem do Projeto de Incêndio com aprovação nos Bombeiros; Modelagem das instalações com pontos e dimensionamentos;

**7.1.3. Etapa 03:** Modelagem Geral de todas as Especialidades, com sua finalização, contendo a aprovação na Concessionária de Energia, Águas e Esgotos e em todos os órgãos necessários;

**7.1.4. Etapa 04:** Maquete Eletrônica Virtual, Detalhamentos dos Projetos; Documentação Técnica, contendo: Caderno de Encargos e Especificações Técnicas, Planilha Orçamentária, Cronograma, Curva ABC, Composições de Custos, Memoriais Descritivos, Memorial de Quantitativos; Plotagem e entrega das pranchas; Compilação de arquivos em BIM contendo todas as famílias e modelos;

7.1.5. Ao final, deverá ser elaborado compêndio de todo o material produzido, que servirá de projeto básico para a licitação da obra para construção da **NOVA DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL DE SINOP - DPF/SIC/MT**.

7.2. As quantidades serão definidas no Cronograma Físico Financeiro, Planilha Orçamentária e Planilha Orçamentária Analítica.

7.3. Segue abaixo o Quadro de Áreas da edificação pretendida:

DESCRIÇÃO	ÁREA (m²)
Terreno	9166,538
Pavimentação (Sistema viário)	3.288,024
Área permeável	1417,754
Delegacia	2.216,305
Anexo	950,874
Inspeção Veicular	162,433
Área Total das Edificações	3.329,612
Vagas Internas	82
Vagas Externas	10

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 378.983,57

- 8.1. As áreas e quantitativos da futura edificação foram apurados com base no Partido Arquitetônico elaborado pelo SEPEA/DEA /CGPLAM/DLOG/PF (SEI nº 35598606).
- 8.2. O valor máximo que a Administração se propõe a pagar foi estimado com base nos custos de engenheiro e arquiteto previstos na **Tabela SINAPI - data-base o mês 05/2024**. A estimativa foi realizada utilizando metodologia de precificação de projetos proposta pela Caixa Econômica Federal e adotada pela Polícia Federal (36165951). Dessa forma, o valor de referência calculado foi de **R\$ 378.983,57 (trezentos e setenta e oito mil novecentos e oitenta e três reais e cinquenta e sete centavos)**, já incluso o BDI.
- 8.3. A planilha orçamentária, o método para estimativa de preços, o memorial de cálculo, os preços referenciais e os documentos que lhe dão suporte serão juntados no anexo do Termo de Referência.
- 8.4. Segue abaixo a tabela relativa ao orçamento estimado para contratação:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA E ARQUITETURA, VISANDO A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS, COMPREENDENDO A ELABORAÇÃO DOS PROJETOS BÁSICOS E EXECUTIVOS UTILIZANDO METODOLOGIA BIM (BUILDING INFORMATION MODELING), DESTINADOS À CONSTRUÇÃO DA NOVA DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL DE SINOP - DPF/SIC/MT					LOCAL: SINOP/MT	
PROPRIETÁRIO: POLÍCIA FEDERAL					DATA: SETEMBRO /2023	
ITEM	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	UND	QTDE (% D O PREÇO GLOBAL)	PREÇO GLOBAL (R\$)	PREÇO D A ETAPA (R\$)	
1	ETAPA 01	1	20,00%	307.260,56	61.452,11	
	(Modelagem da Arquitetura, Projeto de Demolição e Relatório de Premissas das demais especialidades e Engenharias)					
2	ETAPA 02	1	30,00%	307.260,56	92.178,17	
	(Finalização da Modelagem de Arquitetura para a Aprovação da Prefeitura, com sua Aprovação; Modelagem da Estrutura; Modelagem do Projeto de Incêndio com aprovação nos Bombeiros; Modelagem das instalações com pontos e dimensionamentos)					
3	ETAPA 03	1	30,00%	307.260,56	92.178,17	

	(Modelagem Geral de todas as Especialidades, com sua finalização, contendo a aprovação na Concessionária de Energia, Águas e Esgotos, ou outros órgãos necessários)				
4	ETAPA 04	1	20,00%	307.260,56	61.452,11
	(Maquete Eletrônica Virtual, Detalhamentos dos Projetos; Documentação Técnica, contendo: Caderno de Encargos e Especificações Técnicas, Planilha Orçamentária, Cronograma, Curva ABC, Composições de Custos, Memorial de Quantitativos; Plotagem e entrega das pranchas; Compilação de arquivos em BIM contendo todas as famílias e modelos.)				
	Total sem BDI (R\$)				307.260,56
	BDI	%	23,34%		71.723,01
	Total Geral com BDI (R\$)				378.983,57

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. O art. 47, da Lei 14.133, dispõe que: "As licitações de serviços atenderão aos princípios: II - do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso."

9.2. Cabe aqui a justificativa em relação ao **não parcelamento do objeto**. No parcelamento é imprescindível que a divisão do objeto seja técnica e economicamente viável e não represente perda de economia de escala (Súmula 247 do TCU). O órgão licitante poderá dividir a pretensão contratual em itens ou em lotes (grupo de itens), quando técnica e economicamente viável, visando maior competitividade.

9.3. No caso em tela, o parcelamento **se mostra tecnicamente inviável**, pois para o cumprimento eficaz do objeto do contrato, o parcelamento traria descontinuidades perigosas à eficácia na execução do serviço.

9.4. Conforme aludido por Fernandes, 2010: "Na comparação parcelamento x solução integrada evidenciada nesse estudo, aduz-se que **a sistemática do gerenciamento integrado vem sendo absorvida como a de melhor vantagem, uma vez que além de representar avanço de gestão, controle e redução de gastos, e permitir a unicidade de objeto, suprime problemas de continuidade dos serviços contratados, garantindo-lhes a um só tempo celeridade, harmonia, equilíbrio e revisão dos atos**".

9.5. A contratação pretendida não deve ser parcelada, estando em um único item, por conta da interdependência dos serviços de engenharia/arquitetura que se complementam como um todo. A complexidade da contratação envolve disciplinas de diferentes áreas que se complementam em uma única solução técnica, sendo desfavorável seu parcelamento, sob risco de não conseguir o avanço nas etapas de desenvolvimento dos projetos e inviabilizar a contratação da obra para implementação das soluções a serem propostas, além da insegurança jurídica causada pela dificuldade de delimitar responsabilidades técnicas de empresas diferentes.

9.6. Dessa forma, a equipe opta, com base no fundamento acima, pela contratação conjunta do serviço, visando assim, um resultado final completo e satisfatório, além de uma racionalização dos recursos da Administração.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Os serviços objeto desta contratação são autônomos e prescindem de contratações correlatas ou interdependentes.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. O PLANOB da Polícia Federal, instituído pela IN 011/2005-DG/DPF, de 02 de julho de 2005, estabelece diretrizes para o diagnóstico, planejamento, aprovação anual e execução no ano subsequente de obras e serviços de engenharia, no âmbito da instituição. O item 6.2 do anexo I, prevê que a Polícia Federal deve manter as unidades em pleno funcionamento, sobretudo em situações adversas, como um dos fatores críticos para o sucesso da instituição, contribuindo para que se atinjam os seguintes fatores críticos de sucesso:

- Pessoal motivado;
- Apoio logístico efetivo;
- Credibilidade mantida;
- Otimização dos Serviços ao Usuário/Cidadão;

- Gestão de Obras e Infraestrutura.

11.2. Nessa linha, foi instituído pelo mesmo instrumento anterior, que um dos objetivos institucionais é a otimização do emprego de bens e recursos materiais, de forma a modernizar a gestão do patrimônio e dos recursos materiais da instituição, aperfeiçoando o seu emprego e utilização com ações estratégicas em Gestão de obras e Infraestrutura – ampliando suas instalações e modernizando sua infraestrutura, na Gestão de Contratos – acompanhando e controlando sistematicamente a execução dos mesmos; nas compras – orientando, formalizando, executando e gerenciando as atividades de aquisição de bens e serviços, e na Gestão Patrimonial – desenvolvendo, sistematizando e implementando mecanismos de planejamento, padronização, controle e otimização de processos.

11.3. Além disso outros fatores críticos de sucesso mencionados no Plano Estratégico da Polícia Federal são:

- **Infraestrutura adequada - Dispor de edificações e mobiliário adequados para o desempenho das atividades, de modo a oferecer tratamento equânime aos Servidores e exemplar atendimento aos cidadãos.**
- Recursos de C&T atualizados - Dispor de recursos e de técnicas específicas para o acompanhamento e desenvolvimento de níveis mais avançados em matéria de Ciência e Tecnologia.

11.4. O projeto em questão está diretamente alinhado a Ação Estratégica do órgão de Gestão de Projetos assim descrita: “*Implementar a cultura de gestão de projetos, de modo que as tarefas desempenhadas o sejam segundo as melhores práticas de elaboração, execução e gerenciamento de projetos, a fim de agregar valores e melhorias aos processos internos do órgão, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados*”. Portanto, a contratação pretendida abrange vários aspectos da funcionalidade e estratégia do órgão, contribuindo para o atendimento da sua atividade fim.

11.5. A pretendida contratação vai ao encontro das diretrizes traçadas no Mapa Estratégico 2022 e 2023 da Polícia Federal, aprovado pela RESOLUÇÃO CGPF/PF Nº 06, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022, contribuindo para que se atinjam o seguinte fator crítico de sucesso:

**2.6.1. Ação Estratégica: Otimizar a Gestão das Obras e da Infraestrutura:** *Otimizar o uso das instalações e modernizar a infraestrutura, bem como uniformizar, sistematizar e implementar mecanismos de gestão de obras aprimorando, formalizando e padronizando procedimentos, técnicas e metodologias de manutenção e fiscalização.*

11.6. Portanto, a contratação abrange aspectos da funcionalidade e estratégia do órgão, contribuindo para o atendimento da sua atividade fim.

11.7. A referida contratação foi solicitada no **PLANO B (MT-2024-110)** e o prosseguimento do feito foi autorizado no processo 08320.005485/2023-11, conforme Despachos Sei nº 35540028-DLOG/PF e SEI nº 35578535-SR/PF/MT.

## 12. PONTUAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

12.1. O Tribunal de Contas da União já consolidou o entendimento de que, em **licitações do tipo técnica e preço**, os **critérios de pontuação e valoração dos quesitos da proposta técnica devem ser compatíveis com o objeto licitado**. Nesse sentido, é o que se verifica:

*Em licitações do tipo técnica e preço, os critérios de pontuação e valoração dos quesitos da proposta técnica devem ser compatíveis com o objeto licitado, de modo a atribuir pontuação que valore o aspecto técnico em nível necessário e, sobretudo, suficiente, porém, sem restringir injustificadamente o caráter competitivo do certame ou reduzir o estímulo à oferta de propostas mais econômicas. Os fatores de ponderação entre as notas das propostas de técnica e de preço devem ser expressamente fundamentados no processo licitatório, a fim de evidenciar sua razoabilidade e demonstrar que não representam privilégio ou proporcionam aumento indevido de preço em decorrência de diferenças técnicas não substanciais. **Acórdão 479/2015-Plenário.***

*É vedada a adoção de critérios de pontuação que não tenham relação direta com o objeto do contrato. **Acórdão 55/2007 - Plenário.***

*Ao fixar critérios de julgamento de uma licitação, como fatores de ponderação de técnica e preço e quantitativo de funcionários, a Administração deve justificar expressamente esses fatores, que devem ser proporcionais ao grau de complexidade dos serviços a serem contratados. Quando os pesos forem diferentes de 50%, devem ser justificados de forma circunstanciada, visando demonstrar que não representam nem privilégio nem direcionamento e não proporcionarão aumento de preços indevido em decorrência de pequenas vantagens técnicas. A Administração também deve atribuir aos atributos técnicos pontuações que sejam proporcionais às necessidades de serviços e sem muita disparidade entre elas, sempre justificando as proporções adotadas. **Acórdão 1330/2008-Plenário.***



*Em licitações do tipo técnica e preço, o edital deve definir critérios objetivos para a gradação das notas a serem dadas a cada quesito da avaliação técnica, assim como distribuir a pontuação técnica de modo proporcional à relevância de cada quesito para a execução do objeto contratual, de forma a permitir o julgamento objetivo das propostas e evitar o estabelecimento de pontuação desarrazoada, limitadora da competitividade. **Acórdão 1169/2022-Plenário.***

12.2. O Tribunal de Contas da União admite que seja atribuído maior peso ao critério experiência, inclusive estabelecendo-se pontuação progressiva. A Administração, no entanto, deve indicar claramente os fundamentos para essa forma de pontuação.

*É legítima a atribuição de pontuação progressiva em função da quantidade de atestados comprobatórios de experiência técnica, pois a execução reiterada de determinados serviços, em certa medida, qualifica a licitante a executá-los com melhor qualidade. Entretanto, a Administração deve demonstrar claramente no projeto básico os fundamentos para essa forma de pontuação. **Acórdão 2008/2008-Plenário.***

*O estabelecimento de critério de pontuação progressiva em licitações do tipo técnica e preço pode ser permitido nas hipóteses em que a pontuação atribuída não se mostre desarrazoada ou limitadora da competitividade do certame e desde que a motivação dessa pontuação esteja expressa no processo licitatório. **Acórdão 362/2007-Plenário.***

*É legítima a atribuição de pontuação progressiva em função da quantidade de atestados comprobatórios de experiência técnica, pois a execução reiterada de determinados serviços, em certa medida, qualifica a licitante a executá-los com melhor qualidade. Entretanto, a Administração deve demonstrar claramente no projeto básico os fundamentos para essa forma de pontuação. **Acórdão 1910/2007-Plenário.***

*A Administração deve fundamentar cada um dos atributos técnicos pontuáveis e avaliar o impacto de pontuação atribuída em relação ao total, observando se os critérios de maior peso são de fato os mais relevantes. **Acórdão 265 /2010-Plenário.***

12.3. O objeto da contratação pretendida: **empresa especializada em ENGENHARIA E ARQUITETURA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICOS E EXECUTIVOS, EM PLATAFORMA BIM (building information modeling)**, para construção da Delegacia da Polícia Federal em Sinop/MT, se configura como serviço técnico especializado de empresas no ramos de projetos de engenharia e arquitetura, o qual demanda profissionais com conhecimento técnico na elaboração de projetos executivos em BIM e na compatibilização entre todas as disciplinas (arquitetônico, fundações, estrutural, instalações elétricas, hidrosanitárias e todos os demais projetos complementares).

12.4. O critério de avaliação e julgamento das propostas por Técnica e Preço será o adotado pela DEA/CGPLAM/DLOG/PF, conforme documento que será anexado ao Termo de Referência. A avaliação deverá considerar os seguintes itens:

## 12.5. PROPOSTAS TÉCNICAS

12.5.1. As pontuações elecadas levam os seguintes critérios mínimos para a qualificação das empresas concorrentes:

### 12.5.1.1. Capacitação, experiência e qualificação técnica:

#### Quantidade de atestados:

Coordenação geral dos projetos;  
Projeto de instalações elétricas;  
Projeto de climatização, ventilação e exaustão;  
Projeto de Estruturas em Concreto Armado;  
Projeto de Arquitetura;  
Projeto de Instalações Hirdrosanitarios;  
Projeto de redes de dados;  
Projeto de detecção, alarme e combate a incêndio;  
Projeto de Fundações;  
Orçamento.

#### Porte dos Projetos:

Coordenação geral dos projetos;

Projeto de instalações elétricas;

Projeto de Estruturas em Concreto Armado;

Projeto de Arquitetura;

Projeto de Instalações Hidrosanitárias;

Projeto de redes de dados;

Projeto de Fundações;

Orçamento;

**Experiência conjunta da equipe:** Será atribuída a cada proposta uma nota relativa à experiência conjunta da equipe, em função do número de profissionais da Equipe Técnica que já trabalharam juntos em pelo menos um projeto objeto dos atestados considerados para o cálculo da nota do porte dos projetos.

**Qualificação acadêmica:** Será atribuída para o responsável de cada uma das 10 (dez) áreas de atuação, uma nota de qualificação acadêmica, conforme sua titulação, comprovada pela apresentação de certidão de registro no CREA, certificado(s) de conclusão de curso de especialização ou diploma(s) de conclusão de curso de mestrado ou doutorado.

**12.5.2. Nota técnica:** Será atribuída a cada proposta técnica uma Nota Técnica, que será obtida pela divisão da pontuação (Nota de Capacitação, Experiência e Qualificação Técnica da proposta em exame) pela (Maior Pontuação das Notas de Capacitação, Experiência e Qualificação Técnica das propostas válidas), multiplicado por 10 (dez).

## 12.6. PROPOSTAS PREÇOS

12.6.1. As propostas de preço serão avaliadas pelo seu valor global, conforme critério a seguir:

12.6.1.1. A nota de preço, será obtida pela divisão do menor preço global apresentado dentre as licitantes que tiverem suas propostas técnicas classificadas pelo preço global da proposta em exame, multiplicado por 10 (dez).

## 12.7. DO JULGAMENTO FINAL

12.7.1. Considerar-se-á vencedora a licitante que apresentar, a maior Nota Final, calculada através da média ponderada entre a Nota Técnica e a Nota de Preço

12.7.2. A Nota Final da licitante será uma média ponderada entre a Nota Técnica e a Nota de Preço. A Nota Técnica terá peso de 70% (setenta por cento) e a Nota de Preço terá peso de 30% (trinta por cento).

12.8. Busca-se com a ponderação das pontuações, selecionar as melhores propostas e experiências das concorrentes quanto ao desejado pela Administração.

12.9. Todos os projetos listados no critério "técnica" fazem parte do escopo do objeto a ser contratado, sendo estes de fundamental importância para a futura execução dos projetos.

12.10. Todos os critérios levados em consideração na pontuação visam selecionar as melhores propostas à concretização do objeto e estão diretamente relacionados com a contratação pretendida. Tratam-se de critérios objetivos, que encontram respaldo na jurisprudência, na doutrina e nas leis;

## 13. RESULTADOS PRETENDIDOS

**13.1. Elaboração de Projetos Básicos e Executivos utilizando Metodologia BIM** (Building Information Modeling), metodologia que garante a integração eficiente de todos os sistemas de construção (elétrica, hidráulica, climatização), facilitando a manutenção e otimizando a eficiência operacional da nova Delegacia de Polícia Federal de Sinop-MT (DPF/SIC/MT).

**13.2. Adequação aos Padrões Construtivos mais Modernos e Eficientes**, assegurando a conformidade com as normas de acessibilidade e as exigências do Corpo de Bombeiros e proporcionando segurança e funcionalidade à nova sede.

**13.3. Aprimoramento das Condições de Trabalho e Segurança**, com a criação de um ambiente de trabalho confortável, seguro e eficiente para os servidores, incluindo espaços específicos para treinamento e capacitação contínua dos policiais. A melhoria nas condições físicas do ambiente de trabalho proporcionará a redução do estresse e o aumento da produtividade dos servidores.

**13.4. Melhoria no Atendimento ao Público**, através do desenvolvimento de áreas de atendimento modernas, acessíveis e confortáveis, que proporcionarão uma experiência positiva aos usuários externos (passaportes, atendimento a estrangeiros, etc) e da garantia de que todas as áreas de atendimento cumpram as exigências legais e normas de acessibilidade, beneficiando especialmente pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

**13.5. Expansão das Vagas de Estacionamento**, com a criação de mais vagas, tanto para viaturas, quanto para veículos dos servidores e apreendidos, protegendo o patrimônio.

**13.6. Construção Sustentável e Eficiente**, através da incorporação de soluções de eficiência energética e práticas sustentáveis no projeto, como iluminação LED e sistemas de climatização eficientes, reduzindo os custos operacionais a longo prazo e contribuindo para a sustentabilidade ambiental.

**13.7. Valorização Patrimonial e Flexibilidade para Expansão**. A transição de um imóvel alugado para uma sede própria, além de valorizar o patrimônio da Polícia Federal e eliminar os custos recorrentes de aluguel, possibilitará futuras expansões, de forma a acomodar o crescimento da delegacia as novas necessidades.

**13.8. Impacto Positivo na Comunidade e Desenvolvimento Local**, já que a nova delegacia servirá como um ponto de referência na comunidade, melhorando a percepção pública da Polícia Federal e fortalecendo a relação com a população local. Além disso, o processo de construção e operação da nova sede vai gerar empregos e incentivar o desenvolvimento econômico na região de Sinop-MT.

13.9. Esses resultados pretendidos alinham-se aos benefícios esperados, garantindo que a nova sede da Delegacia de Polícia Federal de Sinop-MT será moderna, eficiente e preparada para atender às necessidades tanto dos servidores quanto da comunidade.

## 14. Benefícios a serem alcançados com a contratação

14.1. Possibilitar, após a execução dos projetos contratados, melhoria significativa nas instalações e nos serviços prestados pela Delegacia de Polícia Federal de Sinop-MT, entre elas:

### 14.1.1. Eficiência Operacional e Logística:

14.1.1.1. Otimização do Espaço: A nova sede será projetada para otimizar o uso do espaço, melhorando a distribuição das salas e facilitando a movimentação interna.

14.1.1.2. Integração de Sistemas: Utilização da metodologia BIM para integrar todos os sistemas de construção, como elétrica, hidráulica e climatização, garantindo maior eficiência e facilidade de manutenção.

### 14.1.2. Melhoria nas Condições de Trabalho:

14.1.2.1. Ambiente de Trabalho Adequado: Projetos que visam criar um ambiente de trabalho confortável e seguro, com espaços adequados para cada atividade, reduzindo o estresse e aumentando a produtividade dos servidores.

14.1.2.2. Áreas de Treinamento: Inclusão de áreas específicas para treinamento, capacitação e desenvolvimento contínuo dos policiais.

### 14.1.3. Atendimento ao Público:

14.1.3.1. Espaços Modernos e Acessíveis: Melhoria no atendimento ao público, com áreas de atendimento modernas, acessíveis e confortáveis, proporcionando uma experiência positiva aos usuários externos.

14.1.3.2. Conformidade Legal: Garantia de que todas as áreas de atendimento cumpram as normas de acessibilidade e exigências legais, beneficiando especialmente pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

### 14.1.4. Segurança e Qualidade:

14.1.4.1. Padrões de Segurança: Projetos que atendem aos mais altos padrões de segurança, incluindo normas do Corpo de Bombeiros, para proteger tanto os servidores quanto os visitantes.

14.1.4.2. Qualidade da Construção: Utilização de materiais e técnicas de construção de alta qualidade, garantindo a durabilidade e funcionalidade da nova sede.

#### **14.1.5. Sustentabilidade e Eficiência Energética:**

14.1.5.1 Eficiência Energética: Projetos que incorporam soluções de eficiência energética, como iluminação LED e sistemas de climatização eficientes, reduzindo os custos operacionais a longo prazo.

14.1.5.2. Sustentabilidade: Utilização de práticas e materiais sustentáveis, contribuindo para a redução do impacto ambiental da construção.

#### **14.1.6. Valorização Patrimonial:**

14.1.6.1. Propriedade Própria: Transição de um imóvel alugado para uma sede própria, valorizando o patrimônio da Polícia Federal e reduzindo custos com aluguel e manutenção de um imóvel inadequado.

14.1.6.2. Flexibilidade para Expansão: Projetos que permitem futuras expansões, acomodando o crescimento da delegacia e novas necessidades que possam surgir.

#### **14.1.7. Benefícios Comunitários:**

14.1.7.1. Impacto Positivo na Comunidade: A nova delegacia se tornará um ponto de referência na comunidade, melhorando a percepção pública da Polícia Federal e fortalecendo a relação com a população local.

14.1.7.2. Apoio ao Desenvolvimento Local: O processo de construção e operação da nova sede vai gerar empregos e incentivar o desenvolvimento econômico na região de Sinop-MT.

14.2. Esses benefícios destacam a importância e o impacto positivo que a contratação dos projetos executivos e a construção da nova sede terão, tanto para a Polícia Federal, quanto para a comunidade atendida.

## **15. Providências a serem Adotadas**

15.1. Necessidade de capacitação específica, em metodologia BIM, de servidores lotados em unidades da PF/MT, para que possam atuar na fiscalização técnica do contrato, em especial, no recebimentos e verificação da compatibilização dos projetos elaborados com essa metodologia.

15.2. Caso as unidades vinculadas a SR/PF/MT não possuam em seus quadros, servidores devidamente capacitados para a fiscalização dos serviços contratados, deverá haver recrutamento servidores qualificados de unidades da PF de outros estados.

15.3. Não sendo possível a capacitação de servidores locais e nem o recrutamento de servidores da PF já capacitados, será necessária a solicitação de apoio técnico à Divisão de Engenharia e Arquitetura da Polícia Federal - DEA/CGPLAM/DLOG/PF, em especial, no recebimentos e na verificação da compatibilidade entre as várias disciplinas dos projetos elaborados pela Contratada, com uso da metodologia BIM.

15.4. Na fase de execução do contrato deverá ser nomeada equipe multidisciplinar, com formação em Engenharia Civil, Arquitetura, Engenharia Mecânica, Engenharia Elétrica e Engenharia Sanitária, com experiência prévia nas respectivas áreas de formação, bem como, com expertise no recebimento de projetos elaborados com utilização da metodologia BIM.

15.5. Havendo necessidade, os fiscais do contrato deverão ser auxiliados por servidores com qualificação técnica ou, por profissionais contratados pela Administração para executarem o apoio técnico necessário a conferência e recebimento dos projetos.

## 16. Possíveis Impactos Ambientais

16.1. A construção civil é um dos setores que podem causar diversos **impactos ambientais**, que vão desde o consumo de recursos naturais destinados a produção de insumos para o canteiro de obras, passando por mudanças de solo, áreas de sol e vegetação, até os reflexos no aumento no gasto de energia elétrica, por exemplo. Contudo, no contexto da elaboração dos projetos, os impactos ambientais serão mínimos ou até mesmo inexistente.

16.2. Já na fase posterior à contratação dos projetos, ou seja, durante a execução da obra, diversos impactos ambientais poderão ocorrer. Assim, os projetistas da Contratada deverão descrever quais serão os impactos ambientais decorrentes da obra, quais soluções deverão ser adotadas para minimizar esses impactos e qual a destinação final ambientalmente adequada deverá ser dada aos resíduos gerados.

16.3. Dessa forma, a contratada deverá observar, durante a elaboração dos projetos e da documentação técnica relacionada, o adequado tratamento dispensado ao impacto ambiental que será proveniente da execução da obra, prevendo a adoção de critérios e práticas de sustentabilidade previstas no Decreto 7.746/2012, na Instrução Normativa nº 01/2010 – SLTI/MP, bem como, na legislação ambiental federal, estadual e municipal, sendo indicada a consulta ao Guia Nacional de Licitações Sustentáveis, disponibilizado pela Consultoria-Geral da União.

16.4. Seguem abaixo, os possíveis impactos ambientais que poderão surgir durante a execução da obra:

### 16.4.1. Geração de resíduos:

16.4.1.1. Por se tratar de uma obra de construção civil, onde serão empregados diversos tipos de materiais e com construção onde há métodos manuais (ação humana), existe a Geração de Resíduos da Construção Civil.

16.4.1.2. A norma NBR 10.004, divide os resíduos em duas classes:

- Classe I – resíduos perigosos;
- Classe II - resíduos não perigosos.

16.4.1.3. Como forma de amenizar os impactos ambientais, é primordial a elaboração e implantação de um Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil - PGRCC, em que haverá a destinação correta de cada tipo de resíduo gerado na obra.

### 16.4.2. Ruídos (poluição sonora):

16.4.2.1. Impactos sonoros podem ser nitidamente percebidos durante as obras.

16.4.2.2. É importante observar o **Plano Diretor** da cidade, visando entender as limitações de cada tipo de construção e seus impactos ambientais locais.

### 16.4.3. Aumento do consumo de energia

16.4.3.1. Durante a execução da obra poderá haver um consumo alto de energia com a utilização de equipamentos necessários a execução.

16.4.3.2. A utilização de equipamentos modernos e com alta eficiência podem amenizar este problema, além de uma gestão adequada da utilização de equipamentos elétricos no canteiro de obras.

### 16.4.4. Desperdício de água

16.4.4.1. Antes mesmo das obras ficarem prontas, é comum que haja um grande uso de água para diversos serviços, como a limpeza do canteiro, que comumente tem muita poeira e sujeira, e até para o cuidado com a saúde dos trabalhadores.

### 16.4.5. Mudanças em depósitos hídricos naturais

16.4.5.1. Devido a localização da obra onde existe a ocorrência de pedra a poucos metros da superfície, a obra pode afetar os lençóis aquáticos ou até a impermeabilização do solo. É importante que o projeto preveja soluções de modo a não impermeabilizar o solo, nem causar grandes mudanças no lençol freático local.

### 16.4.6. Poluição do solo

16.4.6.1. Por se tratar de obra de engenharia onde existe o depósito temporário de materiais, pode ocorrer a poluição do solo caso os mesmos sejam armazenados de forma inadequada. É importante existir um plano de armazenamento de materiais na obra durante toda a sua execução como forma de amenizar ou anular este impacto ambiental.

16.5. À Contratada será imposto, onde se mostrar necessário, mediante cláusula de obrigações a constar no Projeto Básico:

16.5.1. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:

16.5.1.1. manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável – PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

16.5.1.2. supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

16.5.1.3. florestas plantadas; e

16.5.1.4. outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

16.5.2. Apresentar cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 5, de 15/03/2014, e legislação correlata;

16.5.3. Apresentar documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória.

16.5.4. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

16.5.4.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

16.5.4.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

15.3.4.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros;

15.3.4.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

15.3.4.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

15.3.4.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

16.5.5. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

16.5.6. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada

comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

16.5.7. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

16.5.7.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

16.5.7.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

16.5.7.3. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;

16.5.8. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

## 17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 17.1. Justificativa da Viabilidade

17.1. O presente estudo foi elaborado em harmonia com a Instrução Normativa nº 05/2017 – SEGES/MPDG e em conformidade com os requisitos técnicos necessários ao cumprimento das necessidades e ao objeto da contratação. Além disso, os benefícios pretendidos são adequados, os riscos envolvidos são administráveis e os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade.

17.2. Assim, **declaramos a viabilidade da contratação e recomendamos o serviço proposto.**

## 18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**LUIZ AUGUSTO FERREIRA DA SILVA**

Agente de Polícia Federal

**RAFAEL SIQUEIRA TELLES DE SOUZA CAMPOS**

Escrivão de Polícia Federal

**FILIPPE PADILHA BEZERRA COELHO**

Agente de Polícia Federal

**RAIMUNDO NONATO ALVES CARNEIRO**

Perito Criminal Federal